

Mídia e direitos humanos: análise sobre a cobertura da violência em sites jornalísticos da Região Nordeste¹

Polyana Sá Costa da CRUZ²
Lucas Tadeu dos Reis dos SANTOS³
Cássio Santos SANTANA⁴

Resumo: O presente trabalho é uma análise quantitativa, de números ainda inéditos, da última pesquisa do observatório de mídia Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC), órgão complementar da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizada entre 31 de agosto a 28 de outubro de 2018, no período eleitoral, sobre a cobertura da violência em 18 sites jornalísticos da Região Nordeste. Os resultados mostram problemas na cobertura da violência por parte dos sites.

Palavras-chave: Violência. Meios de Comunicação. Região Nordeste. Observatório de mídia. Ccdc.

INTRODUÇÃO

O Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC), órgão complementar da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 2008, trabalha como um observatório de mídia, realizando trabalho de monitoramento de meios de comunicação sobre o tema da violência. O CCDC nasceu em um contexto de mobilização pela democratização da comunicação na Bahia e desde então promove atividades relacionadas ao respeito dos direitos humanos nos meios de comunicação.

O CCDC surge em resposta ao avanço de violações dos direitos humanos nos meios de comunicação baianos. Na Região Nordeste, programas policiais sensacionalistas de TV são uma crescente, com presença em praticamente todos os estados. Atualmente, sites jornalísticos replicam conteúdo e práticas destes programas. Os estados da Bahia e do Ceará ocupam lugar de destaque no ranking de estados com maiores denúncias de violação de direitos humanos na mídia, de acordo com a plataforma Mídia sem Violações, organizada pelo Intervozes, Andi e Fundação Rosa

¹ Trabalho apresentado na IJ01– Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Estudante do 5º semestre de Produção em Comunicação e Cultura e bolsista do CCDC. Email: polyanasa04@gmail.com

³ Estudante do 4º semestre de Produção em Comunicação e Cultura e bolsista do CCDC. Email: daafuq22@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas (PósCom-UFBA). Membro do CCDC. Email: cassiosantana@gmail.com

Luxemburgo. Além disso, ambos os estados apresentam altos índices de letalidade policial e morte de policiais, de acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2017.

Ao cruzarmos índices de letalidade policial e ranking de violação dos direitos humanos na mídia na Região Nordeste, acreditamos em algum tipo de relação entre esses diferentes fatores. Apesar das pesquisas não serem capazes de evidenciar uma causalidade entre exposição midiática e violência policial, achamos que as violações dos veículos abrem a possibilidade para a justificação e promoção da violência policial. Neste sentido, é interessante investigar se a violência midiática, que apóia práticas de letalidade policial, se reflete na atuação das forças de segurança e/ou no cotidiano dos diferentes atores envolvidos nos casos de violência.

Como relatório da Andi Mídia e Direitos Humanos (2006) confirmou, os meios de comunicação têm papel decisivo na efetivação dos direitos básico dos cidadãos. Se os meios de comunicação têm um papel decisivo na efetivação de direitos, logo poderá negá-los ou propiciar ambientes nos quais direitos básicos dos cidadãos serão questionados, com consequências no dia a dia das pessoas, uma vez que a efetivação dos direitos básicos do cidadão se dar, primeiramente, na vida cotidiana.

Assim, este artigo tem como objetivo trazer os resultados da última pesquisa do CCDC, em que foram analisados, entre 31 de agosto a 28 de outubro de 2018, período eleitoral, dezoito sites jornalísticos da Região Nordeste, sendo dois de cada estado. Primeiro, faremos uma revisão de literatura, com trabalhos sobre violência e meios de comunicação. No segundo tópico, apresentamos a metodologia do trabalho. Em seguida, apresentamos os resultados. No final, fazemos nossas considerações finais e discutimos os resultados.

REVISÃO DE LITERATURA

A relação da violência policial e meios de comunicação é uma matéria estudada há algum tempo por ONGs, Observatórios de Mídia e universidades, que buscam entender quais ligações são estabelecidas entre exposição midiática e violência policial.

Ferreira e Terso (2014), com o objetivo de analisar discursivamente a violência sexual contra mulheres em um portal de notícias da Bahia, o G1 Bahia, tendo como corpus a cobertura do estupro de duas jovens pelos integrantes da banda de pagode baiana New Hit, concluíram que o portal analisado não se posicionou quanto à

culpabilidade ou não dos integrantes da banda. De acordo com os pesquisadores, o portal só se posicionou quando o judiciário emitiu posicionamento em relação ao caso, com a comprovação clínica do estupro, o que, ainda de acordo com os pesquisadores, é incorreto do ponto de vista jurídico, uma vez “que o crime de estupro, desde de 2009, com a reforma do Código Penal, é considerado para além da conjunção carnal” (Ferreira e Terso, 2014, p. 18) .

Assim, para Ferreira e Terso (2014), ao não se posicionar durante grande parte da cobertura sobre o caso de estupro, o portal de notícias deixou em suspenso a palavra das vítimas, muito embora alguns integrantes tenha confessado a violência sexual.

Contudo, a constante humanização dos acusados e a sustentação da dúvida sobre a violência até o fim da cobertura contribuíram para que o sentido hediondo do crime não fosse destaque na maioria dos títulos, com ressalva para os poucos momentos nos quais a palavra foi franqueada aos movimentos sociais, parlamentares e vítimas (Ferreira e Terso, 2014, p.19)

Varjão (2008) tem com objetivo de pesquisa evidenciar quais são as narrativas acerca da temática violência em três jornais impressos de ampla circulação na capital baiana, assim como também quem “diz o que o noticiário registra” (Varjão, 2008, p.26). Em seu corpus, foram eleitos os jornais Correio da Bahia, A Tarde e Tribuna da Bahia, com enfoque à editoria “Segurança” para o primeiro jornal e à editoria “Polícia” para os dois respectivos.

A pesquisa construída por Varjão ampara-se em uma vertente de análise clássica de conteúdo, com referências em Bauer (2004 apud Varjão 2008). Em essência, busca-se não somente a análise daquilo que está em evidência nas páginas dos jornais — tais como fontes jornalísticas, fotografias, etc., mas também elucidar fatores que levam até a construção midiática do acontecimento violento.

De modo geral, procurei compreender e esboçar os significados do noticiário sobre violências a partir da leitura minuciosa e sistemática das amostras selecionadas. Isso porque a articulação entre os quadros de análise e de referência apontou para a viabilidade de identificação, a partir dos textos dos jornais, de elementos constitutivos das teias invisíveis que cercam a redação desse tipo de narrativa, e que abarcam desde estruturas formais da comunicação impressa até as rotinas produtivas do campo jornalístico (Varjão, 2008, p.23)

Em hipótese, Varjão suspeita que às vítimas pertencentes a minorias políticas são reservados esforços mínimos na construção das notícias, o que ela chama de jornalismo mínimo. Enquanto que, quando se tratam de indivíduos pertencentes às classes abastadas, há uma construção jornalística completa, com mais recursos e destaque nos jornais, o que é chamado de jornalismo máximo.

Como afirma Varjão:

Os resultados confirmam a suspeita de que às vítimas pobres são dedicadas atenções mínimas, ao passo que aos indivíduos melhor situados social e economicamente é ampliada a cura jornalística, conferindo-se um esforço desproporcional na representação de eventos que retratam uma mesma e grave questão social. (Varjão, 2008, p.43)

Em diálogo com a problemática trazida por Varjão, Ferreira e Santana (2014), elaboram, através do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania, Observatório de Mídia e órgão complementar da UFBA (CCDC), um estudo com o objetivo de analisar a cobertura da violência na mídia baiana. O corpus elegido pelos autores foi composto por três programas policiais televisivos baianos: Se Liga Bocão, Na Mira e o Brasil Urgente Bahia.

Ferreira e Santana (2014) voltam-se para a discussão da violação dos direitos humanos pelos programas analisados, tendo em vista os perfis dos programas, a construção discursiva dos apresentadores sobre os casos de violência, bem como a construção discursiva sobre as vítimas e suspeitos. Além disso, discutem o papel social que os programas deveriam desempenhar e qual a real contribuição destes para o debate da violência. Segundo os autores, o agendamento do tema da violência feito pelos programas analisados contribui na formação de climas de opinião favoráveis a medidas enérgicas e repressivas ao crime, em detrimento de políticas públicas de inclusão social nos bairros que mais sofre os efeitos da violência urbana.

Como resultados, foram observados graves problemas na construção da temática violência na mídia televisiva baiana. Constando-se um alto índice de tempo dedicado à publicidade de merchandising nestes, reforçando o valor capital deste programa aos grupos televisivos em detrimento da baixa síntese de reforços positivos a referenciais de promoção de igualdade, cidadania e defesa de direitos individuais e coletivos (Ferreira, Sampaio e Caribé, 2011; Ferreira e Santana, 2014)

Defende-se ainda o lugar dos observatórios de mídia enquanto aqueles tidos como possíveis caminhos ao fortalecimento da democracia e defesa de direitos inalienáveis, uma vez que, a partir da mobilização de movimentos sociais, dentre os quais o CCDC, os programas recuaram em algumas práticas de violação dos direitos humanos na mídia baiana.

Concomitante aos estudos de mídias e a construção da notícia com abordagem em violência, Moura (2014) propõe uma análise da construção discursiva da violência contra a mulher partindo de dois sujeitos discursivos, O Jornal Massa! e o jornal A Tarde, ambos do mesmo emissor, o Grupo A Tarde. Nesta análise foram considerados dois eixos centrais norteadores; o suporte histórico e social para a criação de novas concepções do signo “violência contra a mulher” e o estabelecimento estratégico de posicionamentos discursivos de cada jornal com inferência em seus públicos alvo.

Desta maneira, partindo de uma perspectiva que é dualística — tanto diacrônica quanto sincrônica, Moura atesta que houve uma transformação no significado histórico social da violência contra a mulher, tendo como fundo um vasto acervo de reportagens jornalísticas levantado. De acordo com a autora, o jornal O Massa noticia os crimes enquanto majoritariamente “passionais”, “não é tratada como algo que justifique o crime, apesar de implicar numa visão de que o autor do crime “perdeu a controle”, ou seja, não planejou o crime.”(Moura, 2014. p.167)

A autora conclui que, embora tratem do mesmo tema, há diferenças na cobertura quando os dois jornais analisados são comparados. Por um lado, o Massa propõe um elo com os seus leitores no qual as notícias sobre violência, sobretudo a urbana, são construídas a partir de uma narrativa sensacionalista e a construção da violência contra a mulher segue a mesma lógica. O A Tarde, por outro lado, constrói discussões mais aprofundadas sobre a temática da violência contra a mulher. Entretanto, o enquadramento que trata a violência contra mulher como uma questão particular ganha maior visibilidade, um reflexo das condições de produção do seu discurso, que demonstra que ainda há muito que avançar quando o tema é a cobertura da violência de gênero (Moura, 2014).

Ferreira e colegas (2015) analisaram a cobertura de um jornal impresso baiano, o jornal Correio, sobre casos contra as pessoas LGBT, publicadas entre o mês de março de 2013 a 2015. Os autores buscaram analisar capas, títulos, fotos, legendas,

enquadramentos e diagramação, de forma integrada. A metodologia foi, em parte, qualitativa - posicionamento de discurso - e quantitativa - análise de conteúdo.

De acordo com os autores, em uma análise das fontes convocadas nas páginas dos jornais, a fonte policial foi apresentada duas vezes mais do que as vítimas. Logo, entende-se que as vítimas são, de alguma maneira, diminuídas em seu direito de fala, invisibilizadas por conta da orientação sexual, o que faz com o que os crimes não sejam reconhecidos como homofobia. Pelo contrário, as vítimas são colocadas em estado vulnerável, quando não as culpando pelos atos violentos de que foram vítimas.

Em outra investida, Santana e colegas (2013) analisaram os discursos e construções de sentidos dos títulos e enquadramentos da cobertura de dois jornais baianos, A Tarde e Correio, sobre uma chacina que ocorreu em Salvador, a Chacina do Cabula. Os pesquisadores fazem análise do discurso e de conteúdo.

Como resultado, os autores apresentam dados relativos à cobertura dos dois jornais sobre o caso. Segundo os autores, há um favorecimento de enquadramento dos discursos de polícias e delegados em detrimentos de familiares das vítimas. As narrativas apresentadas no jornal A tarde são menos populares, visto o volume do discurso enfático ao poder policial e 40% a menos de cobertura em comparação ao Correio. É possível concluir que os jornais apresentam processos interpretativos diferentes, analisando a linguagem, critérios de noticiabilidade e operadores semânticos.

Andrade (2016) entende que a violência deva ser analisada em seus aspectos objetivos e subjetivos, de acordo com o momento histórico social. Logo, não há violência desprovida de sentido. Assim de acordo com a autora, a análise do discurso pode fazer um diagnóstico sobre a violência presente nos meios de comunicação.

Dessa maneira, a pesquisadora apresenta a lógica de produção de sentido sobre a violência por meio de narrativas de crimes. A autora conclui que acredita na construção de sentido através dos meios de comunicação em que:

predomina uma concepção securitária do Estado e da sociedade, isto é, que enfocam os aspectos relativos à segurança pública, como ações da polícia e do judiciário; os indivíduos caracterizados como violentos aparecem geralmente em ruptura com sua comunidade de pertencimento; a reação social e política, ou seja, a repressão ao crime e à violência, é, por vezes, desmedida e revoltada diante da incapacidade social e

governamental em assumir também a responsabilidade pelo ato violento (Andrade, 2016, p. 31)

Ferreira e colegas (2012) fizeram análise do posicionamento discursivo e de conteúdo de dois jornais impressos baianos, em que se combinou estratégias discursivas em três etapas de análise: Regularidade das propriedades, as diferenças entre suportes e a sistematização das propriedades. Em relação à análise quantitativa, os autores criaram subdivisões de criança e adolescente, jovens, mulheres e LGBT. Dessa forma, os jornais Massa e Correio, foram analisados de agosto de 2011 a janeiro de 2012, sendo selecionada uma semana a cada mês. Com isso, os autores buscaram examinar como o tema da violência é construído pelos jornais, em diálogo com os leitores a fim de estabelecer relações diante dos posicionamentos do jornal sobre os envolvidos.

METODOLOGIA

Usamos metodologia de análise de conteúdo utilizada no CCDC, com as seguintes etapas: (1) pré-análise, (2) categorização, (3) codificação/contagem dos itens e (4) interpretação dos dados. A pré-análise foi uma etapa experimental, em que lançamos as primeiras observações intuitivas sobre os objetos em questão, no nosso caso os sites analisados. Posteriormente, definimos as unidades de registros do corpus, como artigos, reportagens, notícias; enquadramento dos fatos noticiosos, tipos de fonte; personagens, etc.

Na categorização delimitamos categorias em dois campos: (1) jornalístico, com levantamentos de dados sobre: enquadramento, tempo, local, área geográfica, principais violações e fontes de informação, e (2) perfil das fontes de informação, com levantamentos de dados sobre: sexo, faixa etária e raça das pessoas entrevistadas pelos programas (FERREIRA et al, 2011). Na etapa seguinte, codificação, foram aplicadas as categorias ao corpus e a grade analítica foi preenchida. Ao final, fizemos nossa análise.

Os dados, compilados em uma tabela do excel, foram analisados a partir de uma função interna do próprio excel, a tabela dinâmica, que permite, entre outras coisas, análise comparada de grande quantidade de dados. Uma vez analisados, os dados gerados foram transformados em tabelas, outra função interna do próprio Excel.

Foram analisados 16 dos 18 jornais, os quais são editados, produzidos e publicados na região Nordeste do país: Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco

(PE), O Mossoroense e Tribuna do Norte (RN), Correio da Bahia e A Tarde (BA), Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba (PB), Jornal Extra Alagoas e Gazeta de Alagoas (AL), Jornal da Cidade e Jornal do Dia (SE), Jornal Meio Norte do estado (PI), O Imparcial (MA), Diário do Nordeste e O povo (CE). Por conta de restrições de acesso, dois jornais foram tirados do nosso corpus. Assim, os mesmos foram subdivididos para análise dos bolsistas do CCDC, que conta com quatro estudantes de Comunicação, sendo estes três em habilitação de Produção Cultural e um em Jornalismo.

O período compreendido em nossa análise foi de 31 de agosto a 28 de outubro de 2018, tendo em vista o processo eleitoral em curso no país. Iniciamos nossa análise uma semana antes do pleito, bem como a estendemos para uma semana a mais, após o final das eleições.

Para categorizar e analisar o material selecionado foram consideradas violações de direitos humanos referendadas em leis, estatutos, códigos Cíveis, tratados ou declarações internacionais, entre eles a Constituição Federal de 1988, o Código Civil brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (1966), e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (1966).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos agora os dados relativos à nossa pesquisa em sites da Região Nordeste. Utilizamos apenas o percentual válido dos dados, de modo que não levamos em consideração, no universo de análise, categorizações como “não se aplica” e “outros”. Como nosso corpus é composto por 16 jornais, tornou-se impossível colocá-los todos nos gráficos. Assim, optamos sempre pelos jornais que tiveram uma incidência significativa no rótulo em questão. Do mesmo modo, não pudemos colocar a maior parte das categorias nos gráficos. Optamos por aquelas que tiveram maior incidência. Os dados foram gerados a partir da funcionalidade tabela dinâmica, do Excel.

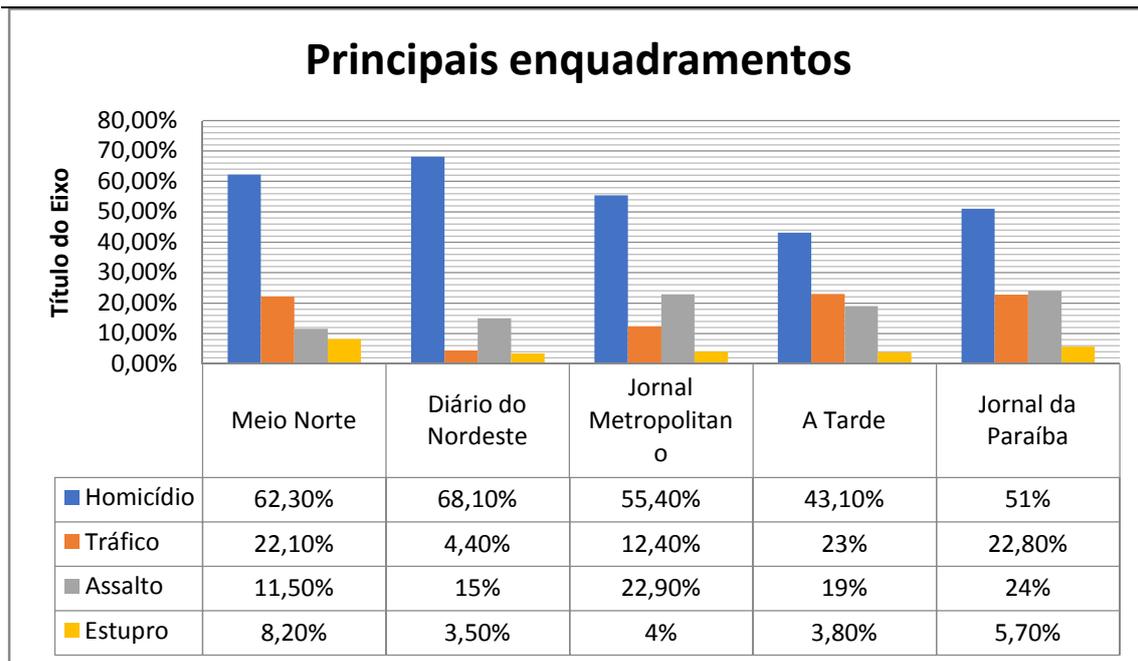


Gráfico 01

Em observação aos principais enquadramentos, destacam-se nestas reportagens e notícias a reincidência de quatro categorias; Homicídio, Tráfico, Assalto e Estupro. A taxa de homicídio chega a superar os 50% de presença em quase todos os jornais monitorados, com destaque para o Diário do Nordeste (PE) com 68,10% de menções temáticas A homicídios.

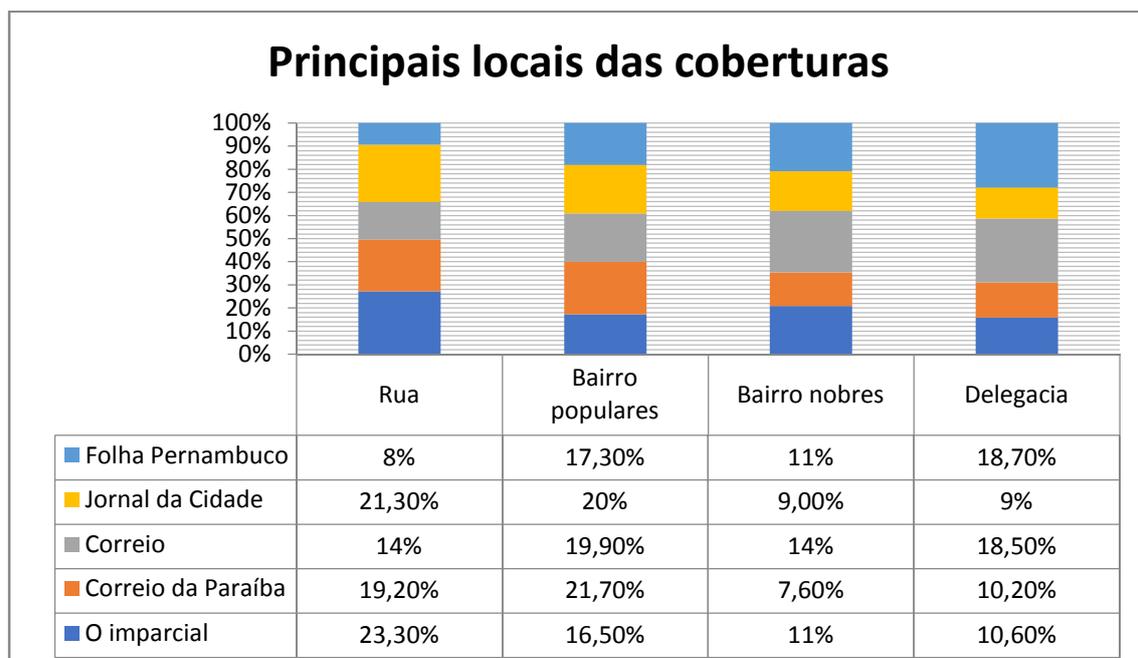


Gráfico 02

Em relação aos locais de cobertura, a categoria Bairros Populares desponta em primeiro lugar dentre os jornais digitais analisados, no Correio da Paraíba (PR) seu índice chega a 21,70%. Em sequência, a delegacia aparece como plano de fundo às ocorrências, em cruzamento de dados estes eram os principais locais onde violações de direitos ocorriam.

Inferimos que as delegacias são recorrentes na cobertura por conta das características sociais dos municípios relatados, onde segundo consulta ao Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, percebe-se a presença de localidades demarcadas em regiões de concentração de vulnerabilidade social e econômica.

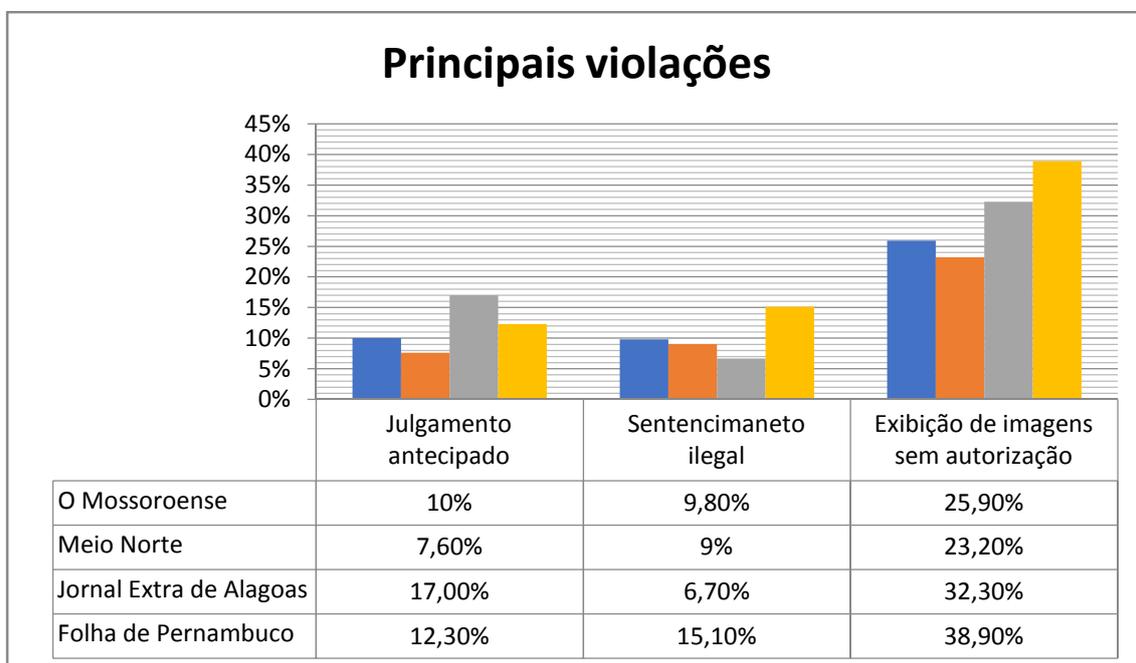


Gráfico 03

A recorrência da exibição de imagens sem autorização - em que por vezes outras violações ocorriam simultaneamente, a exemplo de exibições de corpos ensangüentados - mostrou-se outro ponto importante à análise quantitativa. Em alguns casos, como no Jornal a Folha de Pernambuco, o percentual de incidência desta violação ultrapassa 38% dos casos em que as imagens estavam colocadas como elemento na construção da reportagem/narrativa.

Mostrou-se também recorrente a presença de julgamento antecipado e sentenciamento ilegal por parte dos sites. O Jornal Extra de Alagoas, por exemplo, chega a julgar antecipadamente suspeitos de crimes 17% de suas reportagens

tabuladas, o que é alarmante sabido que o estado de inocência até o trânsito em julgado é garantido por lei na Constituição Federal em seu Art. 5º, inciso LVII.

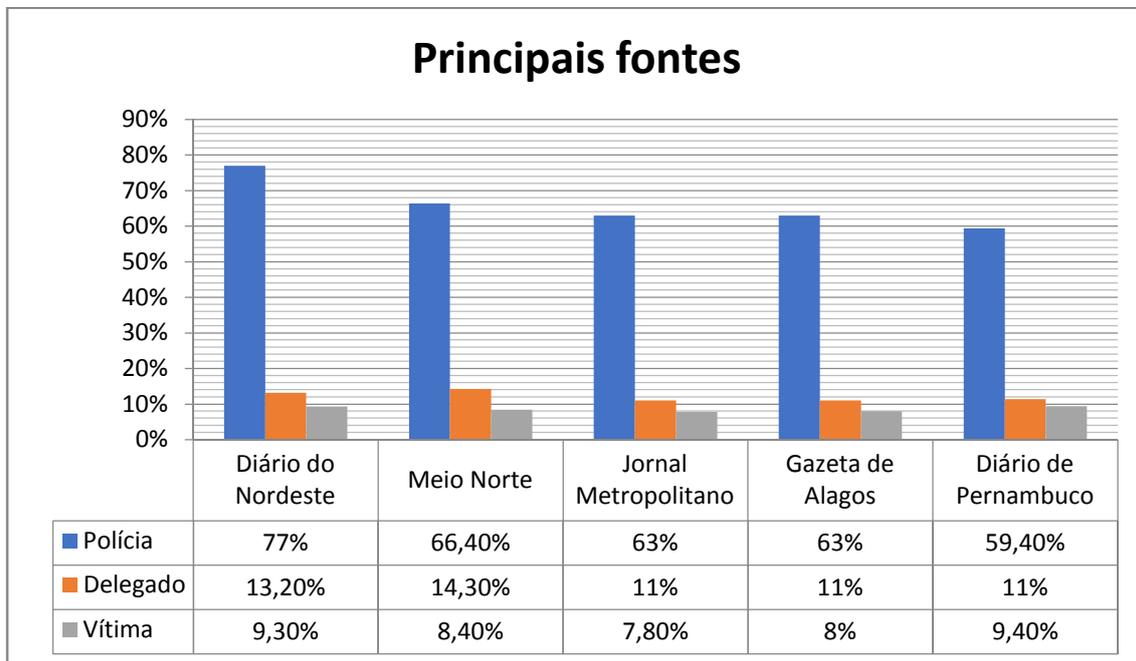


Gráfico 04

A legitimação da fonte policial, se somadas fontes policiais e delegados, atinge em média 90% das versões, em comparação a média de 8,6% em relação às vítimas. A potencialização da palavra parte do pressuposto da significação e status de poder que o Estado tem em relação aos sujeitos e é reproduzido pelos veículos de comunicação. O poder na validação de discursos é passível de compreensão à determinada hierarquia, inclusive por representações dos status que constroem discursos e os validam a partir da lógica ideológica de dominação.

A título de exemplo, no jornal Tribuna do Norte, a notícia “ Polícia Civil prende 12 investigados por envolvimento com tráfico de drogas“ publicada no dia 12 de novembro de 2018, apresenta como fontes únicas policiais civis e delegado.

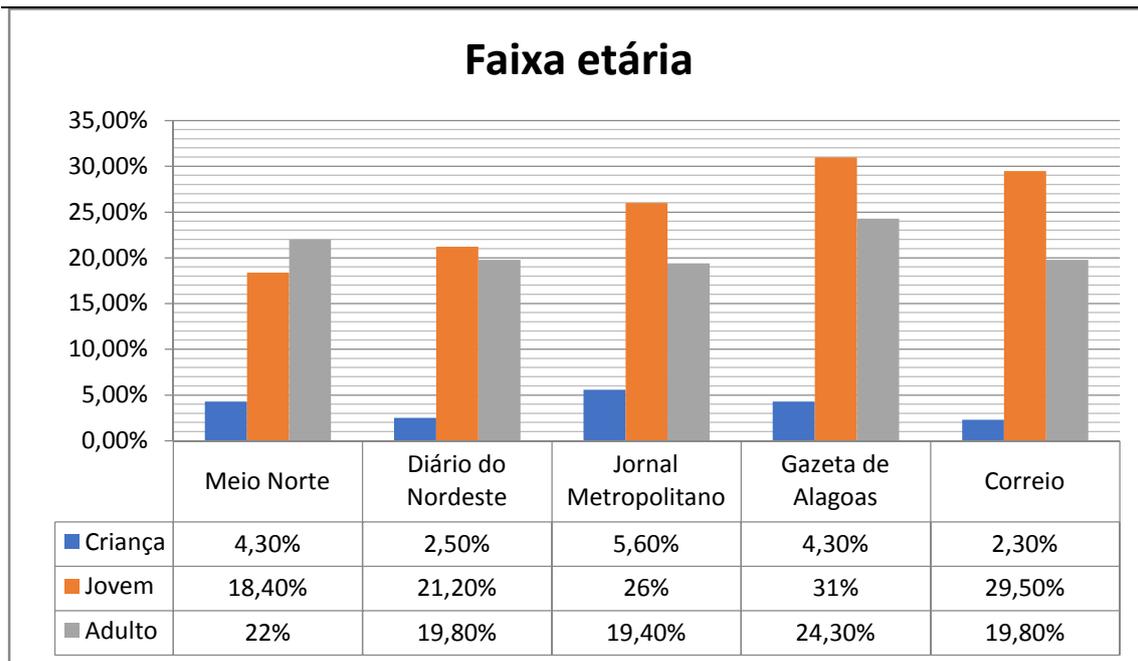


Gráfico 05

O alto índice de incidência dos jovens no envolvimento e cobertura dos jornais analisados é alarmante, como é possível identificar, o jornal Gazeta de Alagoas apresenta a maior porcentagem de crimes, 31%. A porcentagem reflete as estatísticas apresentadas pelo IPEA, em que o Nordeste é identificado como a região mais violenta do país, conseqüentemente Alagoas aparece como o segundo estado com maior taxa de homicídio entre seus habitantes.

O conflito de território, encarceramento, cobertura marginalizada de seus espaços pode ser entendido como principais causas do envolvimento e culpabilização desses jovens. Os meios de comunicação não têm contribuído para o combate à violência e contribui para políticas de repressão por parte do Estado.

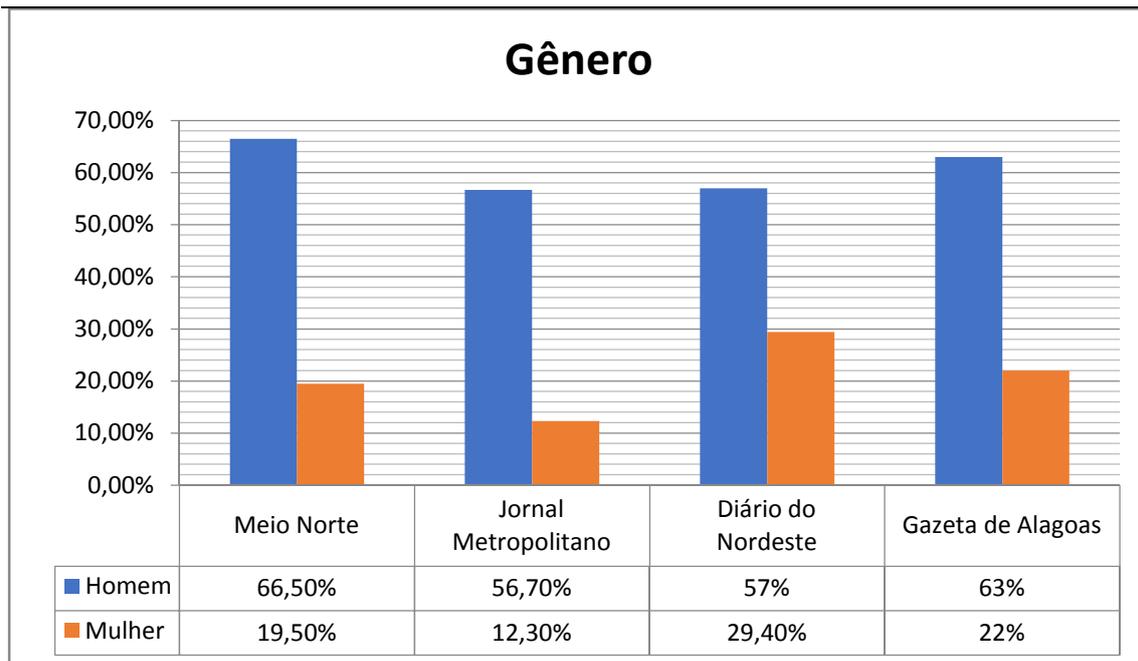


Gráfico 06

É alarmante o alto número de morte por violência e homicídio entre os homens, com a média de 60% entre os jornais analisados em três diferentes estados: Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão. As vítimas principais ainda são homens jovens, negros, pobres, com baixas escolaridades e residentes em bairros periféricos, relacionados ao tráfico de drogas.

Em destaque, o jornal Meio Norte apresenta 66,5% das violências sofridas por homens e pauta no dia 28 de agosto de 2018 a notícia “Jovem é morto com golpe de facão no pescoço no Norte do Piauí” com detalhamento de um jovem violentamente agredido. O jornal também comete a infração de veicular a imagem do cadáver com corpo ensanguentado da vítima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso artigo teve como objetivo analisar a construção midiática da violência em dezoito sites jornalísticos da Região Nordeste. Previamente selecionados, os sites foram analisados a partir de enquadramentos de violações de direitos humanos. Também levamos em consideração locais de cobertura, violações, fontes, gênero das vítimas e faixa etária. Os resultados indicaram o enquadramento de homicídio como o mais presente nas editoriais, com a média de 57%. Dessa forma, é passível de compreensão que a exposição dos corpos e identificação desses - inclusive de crianças-, se dá por construções discursivas.

Essa repetição de comportamento por parte dos sites analisados não se reserva aos tópicos de destaque supracitados. Apurando o cruzamento de dados percebemos também a manutenção do uso destes recursos nas reportagens sobre violência que tinham a delegacia como plano de fundo.

Acreditamos que a negação dos direitos de vida das vítimas é perpassada por violações midiáticas dos direitos humanos. A polícia, como fonte jornalística principal (66% dos casos), reforça sua posição hegemônica de dominação social em bairros populares. Nesses espaços de vulnerabilidade e desigualdade socioeconômica, é demonstrada, através dos dados, a incidência de vítimas jovens, homens, negros e suspeitos de envolvimento no tráfico de drogas. Estes são colocados nos portais através do silenciamento e de julgamentos antecipados por parte dos sites analisados.

Pensamos que o alto índice de policiais como fonte tem relação direta com o status, poder e representação social das fontes policiais. Os veículos midiáticos se posicionam através de conceitos sociais, permeados pela não imparcialidade. Os mesmos podem influenciar posicionamentos e comportamentos dos leitores em relação à violência, que estão conectados a dispositivos tecnológicos e conseguem receber notícias e informações de forma massiva.

Dessa forma, acreditamos que os sites analisados violam direitos humanos ao invés de mediar a relação da sociedade e por consequência a percepção pública dos leitores com as situações de violência. Na mesma medida, acreditamos que o expressivo número de notícias produzidas diariamente pelos veículos resulta em um decréscimo na qualidade das mesmas.

Dá-se início a um ciclo de baixo comprometimento com o qualitativo em detrimento do quantitativo, descarrilhando em equívocos midiáticos e nas gravíssimas violações às vítimas, sobretudo àquelas em situação de vulnerabilidade social. Em continuidade, a reincidência significativa de violações midiáticas, a exemplo da exposição de imagem sem autorização, são encontradas, sobretudo, em casos localizados no que metodologicamente atribuímos à nomenclatura de “bairros populares” (19%) e “rua” (17%).

O respeito aos direitos humanos e democratização da comunicação, através de formações profissionais e atenção a análises de observatórios de mídia, como o CCDC, é instrutivo para a construção mais lúcida da problemática da violência. O respeito aos direitos humanos e um debate sério sobre a problemática da violência é a nossa

recomendação para desenvolver e entender espaços divergentes, comunitários, relações de poder e territoriais para melhor conduta profissional dos jornalistas. Acreditamos no controle social para aprimoramento da construção discursiva do jornalismo.

REFERÊNCIAS

- ANDI. **Mídia e Direitos Humanos**. UNESCO, 2006. 372 p.
- ANDRADE, I. H. **A construção discursiva da violência envolvendo crianças e adolescentes em jornais impressos brasileiros: um estudo de caso dos jornais O Globo e Extra de 2000 a 2014**. Tese (doutorado) Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2016.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FERREIRA, G. M.; MOURA, C. V. M.; SANTANA, C. S. DISPUTAS DISCURSIVAS E VIOLAÇÕES NA COBERTURA DE ASSASSINATO DE PESSOAS LGBT PELO CORREIO. **XI Enecult**, 2015.
- FERREIRA, G. M.; SAMPAIO, A. DE O.; CARIBÉ, P. **A construção da violência na TV da Bahia**. Salvador: UFBA, 2011.
- FERREIRA, G. M.; SAMPAIO, A. DE O.; MOURA, C. V. M. **A construção da violência na TV e em jornais impressos da Bahia**. Salvador: UFBA, 2012.
- FERREIRA, G. M.; SANTANA, C. S. Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania: uma análise sobre a cobertura da violência na mídia baiana. **XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. v. 16, p. 1–15, 2014.
- FERREIRA, G. M.; SANTANA, C. S. Contribuições de Eliseo Verón para o estudo do discurso. **XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, p. 1–11, 2015.
- FERREIRA, G. M.; TERSO, T. C. A. Posicionamento discursivo, violência e cidadania: a construção do “Caso New Hit” no portal de notícias G1 Bahia. **Mídia e Cotidiano**, v. 5, p. 1–21, 2014.
- MOURA, C. V. M. **Um emissor e dois enunciadores: a violência contra a mulher nas páginas de Massa! e A Tarde**. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SANTANA, C. S. *et al.* Chacina do Cabula: uma análise discursiva de títulos dos jornais Correio e A Tarde. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, p. 1–12, 2013.
- VARJÃO, S. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: Edufba, 2008.